



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Do Objeto

A presente contratação tem como objeto a contratação de empresa especializada para atender à necessidade de divulgação institucional em rádio, abrangendo as ações, programas e serviços da administração municipal. Este serviço é caracterizado como de prestação continuada, essencial para a comunicação pública.

Especificamente, o serviço compreende:

- **Inserção de mensagens em rádio:** Total de **até 900 (novecentas) mensagens** a serem veiculadas de segunda a sexta-feira. Cada mensagem terá a duração de 60 (sessenta) segundos, e a veiculação ocorrerá em horário previamente estabelecido pelo município (entre 08h00 e 18h00), apresentadas na forma de avisos informativos. Estas mensagens serão distribuídas ao longo de um período de **5 (cinco) meses**.
- **Produção e transmissão de Podcasts:** Produção e transmissão de **4 (quatro) Podcasts** por mês, com duração entre 30 a 40 minutos cada, durante o período de **5 (cinco) meses**.

1.2. Da Natureza e Prazo de Vigência

Trata-se de um serviço contínuo, compreendendo atividades e fornecimentos realizados pela Administração Pública para a manutenção de suas operações, que decorrem de necessidades permanentes ou prolongadas.

O prazo inicial de vigência da contratação será de **5 (cinco) meses**, contado a partir da data de sua assinatura.

O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima, desde que sejam observadas as seguintes condições:

- Haja previsão expressa no edital.
- A autoridade competente ateste, a vantagem econômica e a existência de créditos orçamentários vinculados, bem como a vantagem na manutenção do contrato.
- As condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

A Administração Municipal terá a opção de extinguir o contrato, sem quaisquer ônus, caso não disponha de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
GABINETE DO PREFEITO

1.3. Da Classificação do Objeto

O serviço de divulgação em rádio é classificado como comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo de Referência e por meio de especificações usuais de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada se justifica pela imperativa necessidade de dar ampla publicidade às ações, programas e serviços desenvolvidos pela administração municipal. Além disso, busca-se promover a cidadania e fortalecer a aproximação da população com as atividades do Poder Público. A divulgação institucional por meio radiofônico é reconhecidamente um canal eficaz para alcançar um amplo espectro da população de São José do Vale do Rio Preto, garantindo a transparência e o acesso à informação de maneira abrangente.

A contratação visa atender à necessidade de divulgação institucional das ações, programas e serviços da administração municipal, por meio da veiculação de **até 900 mensagens** em formato de avisos informativos, de segunda a sexta-feira, com duração de 60 segundos, no horário das 08h00 às 18h00, conforme planejamento da Prefeitura, distribuídas ao longo de **5 meses**. O serviço inclui ainda a realização e transmissão de **4 Podcasts mensais** com duração de 30 a 40 minutos cada, durante o mesmo período. Essa iniciativa busca garantir maior transparência, promover a cidadania e aproximar a população das atividades do Poder Público.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da Vedação à Subcontratação

Não será admitida a subcontratação total, do objeto contratual. Essa medida visa garantir a integral responsabilidade da Contratada pela fiel execução dos serviços, assegurando a qualidade e a padronização na entrega das divulgações, bem como manter o controle direto da Administração sobre o prestador.

3.2. Da Garantia da Contratação

Considerando a natureza do serviço e o valor estimado da contratação, não haverá exigência de garantia da contratação. Tal decisão se justifica pela baixa complexidade e risco inerente ao objeto, além de priorizar a celeridade no processo, sem prejuízo da responsabilidade integral do Contratado pela execução dos serviços.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Condições de Prestação do Serviço

A Contratada deverá executar os serviços conforme as especificações detalhadas no item 1.1 deste Termo de Referência, garantindo a realização e apresentação dos informes solicitados nos horários e formatos estabelecidos. A execução deverá ser pautada pela agilidade, qualidade e rigorosa observância dos princípios da administração pública, em especial a publicidade e a eficiência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
GABINETE DO PREFEITO

4.2. Manutenção da Qualidade e Assistência

A Contratada deverá assegurar a perfeita qualidade das inserções e conteúdos produzidos, comprometendo-se a:

- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações ou solicitações de informação.
- Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, de forma a permitir ações corretivas tempestivas.
- Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação durante toda a vigência do contrato.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada de forma rigorosa, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações e a otimização dos resultados alcançados.

5.1. Da Fiscalização Técnica e Administrativa

A fiscalização da contratação será exercida pelo Gabinete do Prefeito, por meio de servidores designados, que atuarão como fiscais técnico e administrativo, sendo eles:

- Carlos Felipe da Costa Furtado (Matrícula: 6448)
- Gabriel Ribeiro de Oliveira (Matrícula: 6369)

Na ausência de qualquer um dos servidores mencionados, a fiscalização será assumida por quem estiver atuando em substituição, garantindo a continuidade e a eficácia do acompanhamento.

6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações e sanções administrativas serão aplicadas à Contratada em caso de descumprimento das obrigações contratuais. As sanções poderão incluir, entre outras:

- **Advertência:** Aplicada em casos de inexecução parcial do contrato, desde que a gravidade da falta não justifique uma penalidade mais severa.
- **Multa:**
 - **Moratória:** Para atrasos injustificados na execução dos serviços, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, nos termos estabelecidos no contrato.
 - **Compensatória:** Aplicada em casos de inexecução total ou parcial grave, fraude, declaração falsa ou outras condutas irregulares, em um percentual sobre o valor total da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
GABINETE DO PREFEITO

- **Impedimento de licitar e contratar:** Poderá impedir a Contratada de participar de licitações e contratar com a Administração Pública do ente federativo que aplicou a sanção, por um prazo de até 3 (três) anos.
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:** Aplicada para infrações de maior gravidade (ex: fraude na licitação, atos lesivos à Administração), impedindo a Contratada de licitar ou contratar com qualquer ente federativo, por um prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

A aplicação de quaisquer sanções será sempre precedida de um processo administrativo que assegure à Contratada o contraditório e a ampla defesa. A aplicação de multa não exime a Contratada da obrigação de reparação integral de qualquer dano causado à Administração Pública.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Do Recebimento do Objeto

O objeto do contrato, por tratar-se de um serviço, será avaliado nas seguintes etapas:

- **Provisoriamente:** De forma mensal, pelo fiscal responsável, mediante termo detalhado ou outro instrumento ágil que comprove a execução das inserções e atividades do mês. Esta etapa permitirá a verificação inicial da conformidade.
- **Definitivamente:** Por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento integral das exigências contratuais, após a verificação da qualidade e quantidade do material e sua consequente aceitação formal.

O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso esteja em desacordo com as especificações estabelecidas. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a Contratada de sua responsabilidade pela perfeita execução dos serviços.

7.2. Da Liquidação da Despesa

Recebida a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente (acompanhado da comprovação da regularidade fiscal), a Administração terá o prazo de 20 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, se necessário.

7.3. Do Prazo de Pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa. Em caso de atraso por parte da Contratante, os valores devidos serão atualizados monetariamente para compensar a defasagem.

7.4. Da Forma de Pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta indicada pela Contratada de forma **mensal** mediante execução dos serviços. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
GABINETE DO PREFEITO**

7.5. Da Antecipação de Pagamento

Não será permitida a antecipação de pagamento, parcial ou total, relativa às parcelas contratuais, exceto se comprovadamente essencial e devidamente justificada em processo específico.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Da Forma de Seleção e Critério de Julgamento

A seleção do fornecedor será realizada por meio de Contratação Direta, fundamentada na razão do valor estimado, que é inferior ao limite legal estabelecido para serviços e compras dessa natureza.

O critério de julgamento será o de Menor valor global, buscando a proposta mais vantajosa economicamente para a Administração Pública, garantindo a eficiência no gasto dos recursos.

8.2. Dos Critérios de Aceitabilidade de Preços

O valor previamente estimado da contratação será compatível com os valores praticados no mercado para serviços similares. A exequibilidade da proposta apresentada será aferida com base no preço médio aritmético obtido na pesquisa de preços realizada, assegurando a razoabilidade dos valores.

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, o interessado deverá comprovar os seguintes requisitos, que serão avaliados em conformidade com as diretrizes aplicáveis:

9.1. Habilitação Jurídica

Comprovação da existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, por meio de:

- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ).
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- Prova de regularidade de inscrição estadual (CNPJ).
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
GABINETE DO PREFEITO

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total para a contratação do serviço de divulgação institucional em rádio para o período de **5 (cinco) meses** é de **R\$ 29.358,00 (vinte e nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais)**. Este valor foi determinado com base em pesquisa de preços realizada, que considerou os seguintes itens:

- Para a "Inserção de mensagens em rádio": preço unitário médio apurado de R\$ 18,00 por unidade, para um total de 900 unidades, somando R\$ 16.200,00.
- Para o "Podcast de 30 a 40 minutos": preço unitário médio apurado de R\$ 2.631,60 por mês, para um total de 5 meses, somando R\$ 13.158,00.

A pesquisa utilizou o método da média aritmética dos preços obtidos para o cálculo do valor total.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação orçamentária do Gabinete do Prefeito. A existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção serão atestadas anualmente, conforme necessário para o caso de prorrogações contratuais.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, sendo de acesso público para garantir a transparência do processo. Quaisquer casos omissos ou dúvidas que surgirem durante a execução contratual serão dirimidos pela Administração Municipal, observando as normas pertinentes e os princípios da Administração Pública.

Este Termo de Referência serve como base para a formalização da contratação direta, que poderá ser feita por meio de instrumento hábil como Nota de Empenho ou Autorização de Compra.

13. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido na Seção 1.2 deste Termo de Referência (**5 meses iniciais**). Por se tratar de serviço contínuo, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima.

13.2. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e à existência de créditos orçamentários devidamente reservados.

13.3. O Contratado não possui direito subjetivo à prorrogação contratual, sendo esta uma decisão discricionária da Administração, baseada na conveniência e oportunidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
GABINETE DO PREFEITO

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. São obrigações do Contratante, entre outras:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, com a diligência necessária.
- Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, realizando as verificações cabíveis.
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre quaisquer vícios, defeitos ou irregularidades constatadas na execução dos serviços.
- Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, de forma a garantir a conformidade com as especificações.
- Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento do objeto no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência.
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas neste Termo de Referência, caso haja descumprimento contratual.

15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda:

- Executar os serviços conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência e em sua proposta.
- Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Contratante, de forma clara e objetiva.
- Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta.
- Responsabilizar-se integralmente pelos vícios e danos decorrentes do objeto e da execução dos serviços.
- Comunicar imediatamente ao Fiscal qualquer ocorrência anormal ou impedimento que possa afetar o cumprimento do prazo ou a qualidade dos serviços.

16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes ou quando vencido o prazo de vigência estabelecido.

16.2. Em caso de inexecução ou cumprimento irregular das obrigações contratuais, a Administração poderá extinguir o contrato unilateralmente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
GABINETE DO PREFEITO

16.3. A extinção por ausência de créditos orçamentários ou por entender que o contrato não oferece mais vantagem à Administração, em contratos de natureza continuada, observará um prazo de notificação de 2 (dois) meses antes da data de aniversário do contrato.

Atenciosamente,

Carlos Felipe da Costa Furtado

(Matrícula: 6448)